

Instituições internacionais podem voltar a emprestar recursos ao País

Bancos já haviam reduzido bastante seu risco brasileiro durante o mês de setembro

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON - Em novembro passado, durante a viagem que fez pelos centros financeiros dos Estados Unidos e da Europa para apresentar o programa econômico aos bancos internacionais, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, dosou seu apelo para que os bancos comerciais renovassem voluntariamente suas linhas de crédito ao Brasil - o objetivo da viagem - para sublinhar as diferenças que via entre a situação de pré-crise do Brasil e as crises da Ásia.

Sua preocupação era não afugentar os bancos reavivando a lembrança dos esquemas de participação forçada das instituições no reescalonamento da dívida da Coréia do Sul, no fim de 1997. Os bancos americanos, europeus e japoneses renovaram seus créditos a empresas e ao governo coreanos sob pressão de seus respectivos bancos centrais.

Trato - Na época, altos executivos de vários bancos comerciais e de investimentos fizeram declarações públicas indicando disposição de manter suas linhas de crédito, caso o Brasil cumprisse sua parte do trato e levasse adiante as medidas fiscais previstas no programa de estabilização negociado com o Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI).

Na prática, contudo, quase todos já tinham reduzido de forma significativa seu risco brasileiro durante o mês de setembro e contribuído para a saída de US\$ 20 bilhões de reservas do País. De acordo com estatísticas do governo dos Estados Unidos, os bancos comerciais norte-americanos reduziram em até 25% seus empréstimos de curto prazo ao Brasil, entre junho e setembro do ano passado.

Executivos de bancos e de associações do setor financeiro acreditam que, na situação de crise aguda criada pela mudança do regime cambial e a desvalorização do real, os grandes bancos comerciais teriam pelo menos uma boa razão para não ignorar uma política maisativa do Banco Central para obter um compromisso voluntário mais firme de renovação de linhas de crédito.

"Acho que há o reconhecimento de que uma iniciativa deste tipo produziria um adicional de estabilidade e que interessa neste momento a todas as instituições que têm

uma presença importante no Brasil", disse um economista de uma entidade representativa de bancos, que falou sob a condição de não ser identificado. "O fato de os bancos já terem cortado as linhas coloca-os em condições de voltar, se o País lhes der boas razões para isto", disse o diretor de um grande fundo de investi-

mentos.

Avanços fiscais - Economistas de bancos ressaltaram, no entanto, que a resposta dos bancos depende hoje da determinação e velocidade com que o País mostrar avanços na área fiscal, adotando e executando as medidas necessárias para cobrir o déficit adicional que a desvalorização criará este ano nas contas do setor público.

A participação maisativa dos credores no financiamento das necessidades externas do Brasil depende, também, da disposição do setor público de desembolsar novas parcelas dos US\$ 32 bilhões que o País ainda pode sacar do crédito de US\$ 41,5 bilhões aprovado no início de dezembro pelo Fundo Monetário Internacional. A condição para novos saques é a renegociação bem sucedida do acordo com Fundo Monetário Internacional, que está sendo discutida por autoridades do Fundo desde domingo em Brasília.

Temores reduzidos - "A bola está no campo do Brasil", disse um economista de um banco europeu, em Nova York. "O temor de uma moratória externa diminuiu bastante depois da mudança do regime cambial e isto contribuiu para uma atitude mais positiva dos bancos, mas a dívida interna preocupa e não se deve contar com uma volta dos credores privados antes de a estratégia que está discutida com o Fundo Monetário Internacional esta semana começar a produzir resultado."

CRÉDITO VAI
DEPENDER DA
VELOCIDADE DO
AJUSTE FISCAL

LIBERAÇÃO DO
CÂMBIO
REDUZIU RISCO
DE MORATÓRIA